

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ONELITON DEPICOLI DOS SANTOS**

**DIAGNÓSTICO DA EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:
ESTUDO EM COMPANHIAS DO NOVO MERCADO DA BM&FBOVESPA**

**CURITIBA
2013**

ONELITON DEPÍCOLI DOS SANTOS

**DIAGNÓSTICO DA EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA DO PATRIMONIO LÍQUIDO:
ESTUDO EM COMPANHIAS DO NOVO MERCADO DA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista. Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças no Programa do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto.

CURITIBA

2013

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Companhias alvo da pesquisa	31
Quadro 2 – Medição da evidenciação mínima do PL conforme normatização	32
Quadro 3: Análise da evidenciação obrigatória do capital social	33
Quadro 4: Análise da evidenciação obrigatória das reservas de capital	34
Quadro 5: Análise da evidenciação obrigatória das ações em tesouraria	34
Quadro 6: Análise da evidenciação obrigatória da reserva legal	35
Quadro 7: Análise da evidenciação obrigatória das reservas estatutárias	36
Quadro 8: Análise da evidenciação obrigatória da reserva de retenção de lucros	37
Quadro 9: Análise da evidenciação obrigatória dos lucros/prejuízos acumulados	38
Quadro 10: Divulgação do nível de evidenciação obrigatória do PL	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial
AGO – Assembleia Geral Ordinária
ALL – América Latina Logística
BP – Balanço Patrimonial
DF – Demonstração Financeira
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRA – Demonstração do Resultado Abrangente
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS – International Accounting Standard.
IASB – International Accounting Standards Board
IFRS – International Financial Reporting Standards
IR – Imposto de Renda
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
JCP – Juros sobre o Capital Próprio
NE – Notas explicativas
PL – Patrimônio Líquido
RA – Relatório da Administração.
RIR – Regulamento do Imposto de Renda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 OBJETIVOS GERAIS.....	8
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	8
1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO	9
 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
2.2 ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DE DIVULGAÇÃO DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
2.2.1 CAPITAL SOCIAL	13
2.2.2 RESERVA DE CAPITAL	14
2.2.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	15
2.2.4 RESERVAS DE LUCROS	16
2.2.4.1 RESERVA LEGAL.....	17
2.2.4.2 RESERVAS ESTATUTÁRIAS.....	18
2.2.4.3 RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	19
2.2.4.4 RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS	20
2.2.4.5 RESERVA DE RETENÇÕES DE LUCROS	21
2.2.4.6 RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	23
2.2.5 AÇÕES EM TESOURARIA	24
2.2.6 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	26
2.2.7 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	27
2.2.8 RESULTADO ABRANGENTE.....	28
2.2.8.1 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	28
2.2.9 OUTRAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 DIVULGAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	33
4.2 RESERVAS DE CAPITAL	34
4.3 AÇÕES EM TESOURARIA	34
4.4 RESERVA LEGAL.....	35
4.5 RESERVA ESTATUTÁRIA.....	36
4.6 RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS.....	37
4.7 LUCROS/REJUÍZOS ACUMULADOS.....	37
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
5.1 CONCLUSÕES	39
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

No contexto atual, as companhias estão inseridas em um cenário de bastante incerteza quanto ao correto e transparente destino do resultado apurado em cada exercício, seja na forma de dividendos, seja como constituição de reservas. O Patrimônio Líquido é o grupo que evidencia o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios de uma empresa, o qual é obtido pela diferença entre o valor dos ativos e o valor dos passivos (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE. 2007). Por diversos motivos, as contas do PL não são constituídas e/ou divulgadas com a quantidade de informações conforme determina seu regramento. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo o diagnóstico da evidenciação obrigatória do PL de algumas companhias brasileiras de capital aberto.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações ou Lei das S/A, e suas posteriores alterações, definem um conjunto mínimo de informações que devem ser disponibilizadas pelas companhias estruturadas na forma de S/A. Desde a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis mediante Resolução CFC nº 1.055/05, muito se tem discutido sobre as “novas normas contábeis” e quanto ao nível de divulgação de informações das DFs como um todo. A CVM, responsável por disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado de valores mobiliários, deixa claro mediante o anexo à Deliberação CVM nº 29/86, que:

As empresas precisam dar ênfase à evidenciação de todas as informações que permitem a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse seu patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro.

A contabilidade possui um grande relacionamento com os aspectos jurídicos que cercam o patrimônio, mas, não raro, a forma jurídica pode deixar de retratar a essência econômica. Nessas situações, deve a Contabilidade guiar-se pelos seus objetivos de bem informar, seguindo, se for necessário para tanto, a essência ao invés da forma.

(...)

Essas características de *evidenciação* ou de *divulgação (disclosure)* e de *prevalência da essência sobre a forma* cada vez mais se firmam como próprias da Contabilidade, dados seus objetivos específicos.

Assim sendo, o presente trabalho visa a responder à seguinte questão: **Qual o índice de divulgação de informações obrigatórias sobre o Patrimônio Líquido de companhias listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho consiste em mapear o índice de divulgação das informações obrigatórias sobre o Patrimônio Líquido e sua demonstração de companhias listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa em 2011.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever os elementos obrigatórios de divulgação das informações sobre o patrimônio líquido;
- Criar um instrumento para verificação do índice de divulgação das informações sobre patrimônio líquido; e
- Analisar o índice de divulgação de informações sobre o patrimônio líquido de companhias listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa em 2011.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Representando a diferença entre os valores dos ativos e dos passivos de uma empresa, o patrimônio líquido corresponde ao valor contábil pertencente aos sócios ou acionistas (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007)

Matarazzo (2003) expõe que os valores que compõem o grupo patrimônio líquido são oriundos de investimentos dos sócios, seja mediante bens e/ou dinheiro, ou pelo lucro recebido pelos proprietários e reinvestido na empresa, ou ainda pelo resultado do exercício gerado pela companhia. Após a proibição expressa na Lei das S/A de se apresentar saldo credor na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, as reservas tornaram-se o destino do lucro que, em tese, deveria ir para o bolso dos acionistas, inclusive dos minoritários.

Para o controlador, até certo ponto, é conveniente que o lucro não seja distribuído, haja vista que a inflação do PL valoriza a ação e, em caso de alienação do controle da companhia, o valor de venda aumenta significativamente.

O acionista não controlador, por sua vez, fica refém da destinação desordenada do lucro da companhia, que comumente destina-se a reservas que não são corretamente constituídas, bem como sem quaisquer divulgações a ponto de o minoritário saber o porquê de sua constituição.

Segundo Colauto e Marques (2010), a ausência de viés minimizaria os riscos inerentes às ações oportunistas dos administradores, o que reforça a necessidade de informações contábeis confiáveis, fidedignas, verificáveis e neutras, em conformidade com a Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitida pelo CPC. Em decorrência do exposto, emerge a relevância desta pesquisa ao diagnosticar a evidenciação obrigatória do PL de algumas companhias brasileiras de capital aberto.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Esta monografia divide-se em cinco capítulos. A introdução ao estudo, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa e a organização do conteúdo apresentam-se no primeiro capítulo. Abordando a fundamentação teórica, o segundo capítulo divide-se em duas seções, sendo que na primeira expõem-se os

aspectos conceituais do patrimônio líquido, e na segunda os elementos obrigatórios de divulgação do grupo patrimônio líquido.

O terceiro capítulo aponta os procedimentos metodológicos, esclarecendo tanto a tipologia da pesquisa quanto o desenvolvimento da coleta de evidências para o desenvolvimento do trabalho. A descrição e análise dos dados coletados estão presentes no quarto capítulo, no qual explicitam-se as informações extraídas das demonstrações financeiras das companhias selecionadas e argumentações das análises. Por fim e não menos importante, evidenciam-se no quinto capítulo as conclusões e principais norteadores contributivos para futuros estudos, bem como recomendações de assuntos correlacionados ao abordado nesta pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é definido como a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos e também representa os direitos dos acionistas na entidade. Na concepção atual da estrutura conceitual do IFRS, a variação dos valores no PL é explicada somente pelos resultados abrangentes e pelas transações entre os sócios. O PL também é fortemente influenciado pela legislação societária, qual estabelece no art. 178, §2º, inciso III da Lei 6.404/76 a sua divisão.

O Patrimônio Líquido possui diversos conceitos, tanto básicos quanto os considerados avançados, de um mesmo autor. Segundo Iudícibus (2000), “estaticamente considerado, o Patrimônio Líquido pode ser simplesmente definido como a diferença, em determinado momento, entre o valor do ativo e do passivo, atribuindo-se a este último a conotação restritiva de dívidas e obrigações”.

Todavia, como salienta Iudícibus (2000, p. 169) em relação às empresas, o Patrimônio Líquido contém elementos que caracterizam diversos interesses como: direitos residuais no caso de liquidação, distribuições de dividendos, participações etc.

Conforme instruído no CPC 00 Pronunciamento Conceitual Básico (R1), Capítulo 4, item 4.4 alínea c, “*patrimônio líquido* é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.” O termo “residual” utilizado no item 4.4 não deve ser menosprezada, tanto que no item 4.20, o pronunciamento explicita que:

Embora o patrimônio líquido seja definido no item 4.4 como algo residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, na sociedade por ações, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas representando ajustes para manutenção do capital podem ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser relevantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais. Podem também refletir o fato de que determinadas partes com direitos de propriedade sobre a entidade têm direitos diferentes com relação ao recebimento de dividendos ou ao reembolso de capital.

Assim, evidencia-se a importância e relevância que o patrimônio líquido possui tanto para o acionista quanto aos usuários das demonstrações financeiras, demonstrando como a entidade distribuiu e/ou aplica os recursos gerados por ela mesma.

2.2 ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DE DIVULGAÇÃO DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Como narrado pelo CPC 00, a correta classificação dos valores nas contas do PL é de relevante importância ao usuário para tomada de decisões. Vê-se outra evidência no item 4.21, no qual é descrito que:

A constituição de reservas é, por vezes, exigida pelo estatuto ou por lei para dar à entidade e seus credores uma margem maior de proteção contra os efeitos de prejuízos. Outras reservas podem ser constituídas em atendimento a leis que concedem isenções ou reduções nos impostos a pagar quando são feitas transferências para tais reservas. A existência e o tamanho de tais reservas legais, estatutárias e fiscais representam informações que podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários. As transferências para tais reservas são apropriações de lucros acumulados, portanto, não constituem despesas.

Outro ponto relevante a se observar é a correta mensuração dos ativos e passivos. Tal premissa reflete diretamente no patrimônio líquido, conforme relata o item 4.22 do CPC 00:

O montante pelo qual o patrimônio líquido é apresentado no balanço patrimonial depende da mensuração dos ativos e passivos. Normalmente, o montante agregado do patrimônio líquido somente por coincidência corresponde ao valor de mercado agregado das ações da entidade ou da soma que poderia ser obtida pela venda dos seus ativos líquidos numa base de item-por-item, ou da entidade como um todo, tomando por base a premissa da continuidade (*going concern basis*).

É narrado ainda no item 4.36:

A reavaliação ou a atualização de ativos e passivos dão margem a aumentos ou a diminuições do patrimônio líquido. Embora tais aumentos ou diminuições se enquadrem na definição de receitas e de despesas, sob certos conceitos de manutenção de capital eles não são incluídos na demonstração do resultado. Em vez disso, tais itens são incluídos no patrimônio líquido como ajustes para manutenção do capital ou reservas de reavaliação.

Ajustes nos valores dos ativos como o aumento no nível geral de preços reflete também no patrimônio líquido, como destaca o item 4.63 do mesmo pronunciamento:

De acordo com o conceito de manutenção do capital financeiro, por meio do qual o capital é definido em termos de unidades monetárias nominais, o lucro representa o aumento do capital monetário nominal ao longo do período. Assim, os aumentos nos preços de ativos mantidos ao longo do período, convencionalmente designados como ganhos de estocagem, são, conceitualmente, lucros. Entretanto, eles podem não ser reconhecidos como tais até que os ativos sejam realizados mediante transação de troca. Quando o conceito de manutenção do capital financeiro é definido em termos de unidades de poder aquisitivo constante, o lucro representa o aumento no poder de compra investido ao longo do período. Assim, somente a parcela do aumento nos preços dos ativos que exceder o aumento no nível geral de preços é considerada como lucro. O restante do aumento é tratado como ajuste para manutenção do capital e, conseqüentemente, como parte integrante do patrimônio líquido.

De acordo com o art. 178, parágrafo 2º, inciso III da Lei 6.404/76, o patrimônio líquido divide-se em “capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados”.

2.2.1 CAPITAL SOCIAL

Conforme Neves e Viceconti (2007, pg. 115). “Para atender ao disposto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), art. 182, deverão estar discriminados na conta do Capital Social o montante subscrito pelos sócios ou acionistas e, por dedução, a parcela ainda não realizada.”

Quanto à divulgação sobre o capital social, o CPC 26(R1) item 79, aprovado pela Deliberação CVM nº 676/11, normatiza que:

A entidade deve divulgar o seguinte seja no balanço patrimonial, seja na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas:

- (a) para cada classe de ações do capital:
 - (i) a quantidade de ações autorizadas;
 - (ii) a quantidade de ações subscritas e inteiramente integralizadas, e subscritas mas não integralizadas;
 - (iii) o valor nominal por ação, ou informar que as ações não têm valor nominal;
 - (iv) a conciliação entre as quantidades de ações em circulação no início e no fim do período;
 - (v) os direitos, preferências e restrições associados a essa classe de ações, incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;
 - (vi) ações ou quotas da entidade mantidas pela própria entidade (ações ou quotas em tesouraria) ou por controladas ou coligadas; e
 - (vii) ações reservadas para emissão em função de opções e contratos para a venda de ações, incluindo os prazos e respectivos montantes; e
- (b) uma descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido.

Entende-se então por capital social os valores recebidos dos acionistas ou valores quais teriam direito de recebimento (lucros) e renunciaram em favor da companhia, e que foram incorporados formalmente ao capital;

2.2.2 RESERVA DE CAPITAL

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.316), as reservas de capital são formadas:

(...) com valores recebidos pela companhia e que não transitaram pelo resultado como receitas por se referirem a valores destinados a reforços de seu capital, sem ter, como contrapartidas, qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

Conforme a Lei 6.404/76, art. 182 § 1º:

- § 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:
- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
 - b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- § 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

Quanto à sua utilização, o art. 200 menciona as possibilidades em que esta reserva poderá ser absorvida:

Art. 200. As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para:
I - absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros (artigo 189, parágrafo único);
II - resgate, reembolso ou compra de ações;
III - resgate de partes beneficiárias;
IV - incorporação ao capital social;
V - pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (artigo 17, § 5º).
Parágrafo único. A reserva constituída com o produto da venda de partes beneficiárias poderá ser destinada ao resgate desses títulos.

Assim, reserva de capital são valores recebidos que não transitaram pelo resultado como receitas e que podem ser utilizados para absorção de prejuízos, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias ou incorporação ao capital social.

2.2.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em função da Lei 11.638/07, que alterou também o art. 178 da Lei 6.404/76, foram excluídas do patrimônio líquido as contas de reservas de avaliação, prêmio na emissão de debêntures e por doações e subvenções para investimento. Assim, foi criada a conta ajustes de avaliação patrimonial (AAP), visando “registrar valores já pertencentes ao Patrimônio Líquido, mas que não transitaram ainda pela conta do resultado do exercício, mas o farão no futuro” (Iudícibus; Martins e Gelbcke, 2008, p.19).

O objetivo principal desta conta é receber a contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência de sua avaliação ao valor justo. De acordo com o §3º do art. 182 da Lei 6.404/76:

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

A conta de AAP tem caráter provisório em geral, abrigando valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da companhia. Esta conta, geralmente, é contrapartida de algumas transações que aumentaram ou diminuíram os valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, e que, conforme estes ativos e passivos forem realizados, os valores registrados nesta conta deverão ser transferidos para o resultado.

2.2.4 RESERVAS DE LUCROS

Toda companhia, ao constituir uma reserva de lucros, deve-se atentar ao disposto no art. 1º, item XV, da Instrução CVM nº 323/2000, a fim de evitar quaisquer sanções por exercício abusivo do poder de controle de companhia aberta:

Art. 1º - São modalidades de exercício abusivo do poder de controle de companhia aberta, sem prejuízo de outras previsões legais ou regulamentares, ou de outras condutas assim entendidas pela CVM:

(...)

XV. a aprovação, por parte do acionista controlador, da constituição de reserva de lucros que não atenda aos pressupostos para essa constituição, assim como a retenção de lucros sem que haja um orçamento que, circunstanciadamente, justifique essa retenção.

Relata ainda a mesma instrução, em seu art. 2º, quem está sujeito às possíveis penalidades caso haja enquadramento no art. 1º desta mesma instrução:

Art. 2º - Considera-se infração grave, para os efeitos do art. 11, § 3º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a prática das condutas referidas no art. 1º desta Instrução.

§ 1º Estão sujeitos às penalidades previstas em lei, por violação do disposto nesta Instrução, o acionista controlador, os administradores da companhia, os

integrantes de seus órgãos técnicos ou consultivos, bem como quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas que tenham concorrido para a prática das condutas a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º As condutas referidas no "caput" deste artigo, praticadas pelos administradores da companhia, não excluem a responsabilidade do acionista controlador.

Assim sendo, a observações desta instrução é de grande valia quando da constituição de reservas de lucros, as quais podem ser, conforme a Seção II da Lei 6.404/76: Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas para Contingências, Reservas de Incentivos Fiscais, Retenção de Lucros, Reservas de Lucros a Realizar.

O limite do saldo das reservas de lucros é tema discutido no art. 199 da Lei 6.404/76:

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

A Lei das S/A ainda evidencia que não poderão ser aprovadas destinações às reservas de lucros, em cada exercício, caso seja em detrimento da distribuição do dividendo obrigatório.

2.2.4.1 RESERVA LEGAL

O art. 193 da Lei 6.404/76 trata da constituição e formas de utilização da Reserva Legal, com a seguinte redação:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Sendo a única reserva de constituição obrigatória por força de Lei, a reserva legal só poderá ser utilizada para compensação de prejuízos após a utilização do saldo das contas de lucros acumulados e reservas de lucros, conforme exposto no art. 189 da Lei 6.404/76.

2.2.4.2 RESERVAS ESTATUTÁRIAS

São reservas constituídas consoante as disposições contidas no estatuto social da companhia. Conforme explicitado no art. 194 da Lei 6.404/76;

Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:
I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;
II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e
III - estabeleça o limite máximo da reserva.

Há que se observar a Nota Explicativa da Instrução CVM nº 59/86, na qual é evidenciado que:

Ressalte-se que a parcela anual do lucro líquido a ser destinada à constituição da reserva não poderá prejudicar o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Por isso, tal parcela é influenciada por essa limitação legal para a sua constituição, em que pese estar previsto estatutariamente o "quantum" que lhe caberia.
Tais reservas são normalmente criadas para atender características operacionais específicas, não sendo admitida a sua criação para finalidades já atendidas por outras reservas e muito menos por provisões tais como: prejuízos eventuais, devedores duvidosos, demandas judiciais, indenizações trabalhistas.

Por precisar de autorização prévia dos acionistas esta reserva pode caracterizar-se como permanente. A reserva estatutária não pode dar margem à retenção indiscriminada de lucros. O caráter de permanência da reserva estatutária impede que a mesma contenha regras de retenção eterna de lucros com finalidades

difusas e múltiplas e em volume indeterminado, sem minúcia e precisão impedindo ao acionista de participar periodicamente dos lucros sociais.

As manifestações da área jurídica da CVM, por sua vez, têm sido sempre no mesmo sentido de que a reserva estatutária deve ser estabelecida com precisão e clareza. Veja-se, por exemplo, a ementa do Parecer 002/98:

Reserva estatutária. Livre instituição pela sociedade, desde que observados os requisitos do artigo 194 da Lei das S/A. Indicação da finalidade da reserva, de modo claro e preciso. A reserva estatutária destinada a inúmeras finalidades, especialmente a que abrange todo o objeto social da sociedade, não atende aos requisitos de clareza e precisão, ante a ausência de especificidade. Possibilidade de condicionamento, pela CVM, de futuro aumento de capital da companhia à modificação da reserva estatutária em desacordo com o artigo 194 da Lei Anonimária.

A constituição de reserva estatutária que permite constante retenção de lucros, limitada apenas pela vedação legal de ultrapassar, em conjunto com as demais reservas, o capital social, fere a finalidade da lei.

2.2.4.3 RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS

Em seu art. 195, a Lei 6.404/76 elucida sobre a possibilidade de se constituir reservas para contingências:

Art. 195. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.
§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

É importante ressaltar que reserva para contingência difere-se de provisões. Enquanto estas, conforme elucidado no item 13.a do CPC 25, são apenas “reconhecidas como passivo (...) porque são obrigações presentes e é provável que

uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação”, aquela, para Neves e Viceconti (2007, p.135), “é uma situação ou condição que pode surgir para a companhia, na qual há possibilidade de ocorrência de despesas ou perdas, cuja certeza de acontecimento é futura e discutível”.

Assim, a provisão depende de um fato gerador para ser constituída, enquanto que a constituição da reserva de contingência é indicada quando ainda não há fato gerador.

2.2.4.4 RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS

A reserva de incentivo fiscal é formada por valores provenientes de doação ou subvenção governamental, que geralmente são encontradas na forma de contribuição pecuniária, mas não somente desta forma. Na Lei 6.404/76 reza que:

Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

A classificação dessa reserva no patrimônio líquido dá-se também para que se cumpra às exigências fiscais, para que a receita não seja tributável na companhia que receber a doação ou subvenção governamental, conforme evidencia o art. 18 da Lei 11.941/09:

Art. 18. Para fins de aplicação do disposto nos arts. 15 a 17 desta Lei às subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, e às doações, feitas pelo Poder Público, a que se refere o art. 38 do Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a pessoa jurídica deverá:

I – reconhecer o valor da doação ou subvenção em conta do resultado pelo regime de competência, inclusive com observância das determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de

dezembro de 1976, no caso de companhias abertas e de outras que optem pela sua observância;

II – excluir do Livro de Apuração do Lucro Real o valor decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, reconhecido no exercício, para fins de apuração do lucro real;

III – manter em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a parcela decorrente de doações ou subvenções governamentais, apurada até o limite do lucro líquido do exercício;

IV – adicionar no Livro de Apuração do Lucro Real, para fins de apuração do lucro real, o valor referido no inciso II do caput deste artigo, no momento em que ele tiver destinação diversa daquela referida no inciso III do caput e no § 3º deste artigo.

Se o montante da doação ou subvenção contabilizada como receita for superior ao resultado do exercício, a companhia, de acordo com o §3º do mesmo art. 18 da Lei 11.941/09, deve observar:

Se, no período base em que ocorrer a exclusão referida no inciso II do caput deste artigo, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e subvenções governamentais, e neste caso não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do inciso III do caput deste artigo, esta deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

Assim sendo, é evidente que a intenção do legislador é a de que a doação ou subvenção recebida pela companhia não seja repassada aos acionistas, seja em forma de dividendos, seja como redução de capital.

2.2.4.5 RESERVA DE RETENÇÕES DE LUCROS

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital aprovado pela administração da companhia, de acordo com o artigo 196 da lei societária:

Art. 196. A assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de

até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembléia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

Os orçamentos de capital justificam o montante da retenção de lucros e devem conter todas as fontes de recursos e aplicações de capital (fixo e circulante), podendo durar até 5 exercícios, com exceção prevista caso haja execução de projeto de investimento. A Instrução CVM nº 481/09 instrui que havendo proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital, a companhia deverá disponibilizar, até um mês da data marcada para realização da AGO, cópia desse orçamento de capital aos acionistas:

Art. 9º A companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da assembléia geral ordinária, os seguintes documentos e informações:

- I – relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- II – cópia das demonstrações financeiras;
- III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;
- IV – parecer dos auditores independentes; e
- V – parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver.

§ 1º Até a data prevista no **caput**, a companhia deve fornecer ainda os seguintes documentos:

- I – formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP;
- II – proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II à presente Instrução; e
- III – parecer do comitê de auditoria, se houver.

No Anexo 9-1-II, item 15, a instrução explicita que “Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: a. Identificar o montante da retenção; b) Fornecer cópia do orçamento de capital”.

A reserva de retenção de lucros pode ser vista como uma conta transitória, desde o resguardo da disponibilidade em caixa até o efetivo pagamento do bem de capital adquirido conforme orçamento de capital.

2.2.4.6 RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR

Tendo em vista que a contabilidade adota o regime de competência para registrar suas operações, pode ocorrer que a companhia venha a apurar um lucro líquido sem o correspondente acréscimo em disponibilidade. Apesar de econômica e contabilmente realizados, tais lucros estão financeiramente por realizar.

Visando evitar-se distribuir dividendo obrigatório sobre essa parcela de lucros que, apesar de existente, não está realizada financeiramente no caixa da companhia, o legislador evidenciou na Lei 6.404/76:

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

Quanto à possibilidade de utilização desta reserva, a Lei das S/A orienta que:

§ 2º A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

O inciso III do art. 202 da Lei das S/A elucida que:

III - os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

Evidencia-se então que a reserva de lucros a realizar está intimamente ligada à estratégia de gestão de caixa da companhia, haja vista que caso a entidade não tenha caixa disponível para pagamento aos acionistas, o lucro pode constituir esta reserva até o prazo supracitado.

2.2.5 AÇÕES EM TESOURARIA

Tanto a aquisição quanto a alienação de ações de emissão própria, bem como os custos de transação incorridos na operação, são transações de capital da companhia com seus sócios, não devendo afetar o resultado da entidade.

Esta rubrica recebe montantes referentes à aquisição de ações da própria companhia para efeito de permanência em tesouraria, atuando como redutora do PL, conforme exposto no artigo 182, § 5º da Lei 6.404/76: “as ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição”.

Quanto à negociação com as próprias ações, a Lei 6.404/76 regulamenta que:

Art. 30. A companhia não poderá negociar com as próprias ações.

§ 1º Nessa proibição não se compreendem:

- a) as operações de resgate, reembolso ou amortização previstas em lei;
- b) a aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação;
- c) a alienação das ações adquiridas nos termos da alínea b e mantidas em tesouraria;
- d) a compra quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída.

§ 2º A aquisição das próprias ações pela companhia aberta obedecerá, sob pena de nulidade, às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, que poderá subordiná-la à prévia autorização em cada caso.

§ 3º A companhia não poderá receber em garantia as próprias ações, salvo para assegurar a gestão dos seus administradores.

§ 4º As ações adquiridas nos termos da alínea b do § 1º, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito a dividendo nem a voto.

§ 5º No caso da alínea d do § 1º, as ações adquiridas serão retiradas definitivamente de circulação.

Autorizada pelo art. 30, § 2º da Lei das S/A, as regras que devem ser seguidas para a operação de compra das próprias ações foram determinadas pela CVM mediante Instrução CVM 10/80 e posteriores alterações (Instrução CVM 268/97 e Instrução CVM 390/03).

Para que a companhia possa negociar com as próprias ações, deve ser respeitado o limite previsto no art. 1º da Instrução CVM 268/97 (que alterou o limite antes estipulado pelo art. 3º da Instrução CVM 10/88), o qual determina que:

I. o total das ações em tesouraria, aí incluídas e consideradas aquelas que a companhia poderia vir a adquirir mediante o exercício, por si ou por contrapartes, de opções de compra ou de venda, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado na data da autorização pelo Conselho de Administração ou Assembléia Geral;

Visando esclarecer o entendimento do que é “ações em circulação no mercado”, o art. 5º da Instrução CVM 10/80 elucida que: “Para os efeitos do Art. 3º, entende-se por ações em circulação no mercado todas as ações representativas do capital da companhia menos as de propriedade do acionista controlador”.

Apurado excesso, a companhia deverá, conforme elucida o art. 14 da Instrução CVM 10/80, “alienar as ações que excederem o saldo de lucros e reservas disponíveis, no prazo de 3 (três) meses, a contar da aprovação do balanço em que se apurar o excesso, findo o qual as ações excedentes serão canceladas”.

Quanto à divulgação, o art. 4º da Instrução CVM 390/03 (que alterou o art. 21 da Instrução CVM 10/88) orienta que:

Art. 21 - A companhia deverá divulgar em Nota Explicativa às demonstrações financeiras e no formulário Informações Trimestrais – ITR:

- a. o objetivo ao adquirir suas próprias ações;
- b. a quantidade de ações adquiridas ou alienadas no curso do exercício, destacando espécie e classe;
- c. o custo médio ponderado de aquisição, bem como custo mínimo e máximo;
- d. o resultado líquido das alienações ocorridas no exercício;
- e. o valor de mercado das espécies e classes das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação, em bolsa ou balcão, anterior à data de encerramento do exercício social;
- f. O montante de correção monetária das ações em tesouraria.

Quanto aos custos e o resultado da operação de compra e alienação de ações próprias, o CPC 08, em seu item 10, normatiza que:

Os custos de transação incorridos na alienação de ações em tesouraria devem ser tratados como redução do lucro ou acréscimo do prejuízo dessa transação, resultados esses contabilizados diretamente no patrimônio líquido, na conta que houver sido utilizada como suporte à aquisição de tais ações, não afetando o resultado da entidade.

Assim, apesar da natureza devedora, tal contabilização pode deixar o saldo da conta credor, desde que o lucro com a alienação das ações seja maior que os custos que envolveram toda a operação.

2.2.6 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Com o advento da Lei 11.638/07, a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados não pode mais figurar no balanço com saldo credor. Caso ao final do exercício a companhia constatare que o saldo final da conta é credor, respectivos saldos precisam ser totalmente destinados por proposta da administração da companhia, com o pressuposto de sua aprovação em AGO.

Esta rubrica recebe valores oriundos da apuração do resultado do exercício, das reversões de determinadas reservas; recebe também os efeitos de mudanças nas políticas contábeis e erros atribuídos aos exercícios anteriores (CPC 23).

A Lei das S/A denomina o grupo como Prejuízos Acumulados, pela impossibilidade de, ao final do exercício, a companhia não poder manter o saldo desta conta credor.

Os prejuízos acumulados representam resultados negativos gerados pela entidade e que deverão ser absorvidos pelas reservas de lucros, conforme determina o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76: “o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem”.

2.2.7 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Inseridos na legislação brasileira mediante conversão do Projeto de Lei 913/95 na Lei 9.249/95 (posteriormente alterada pela Lei 9.430/96), os JCP foram inseridos pela legislação tributária como uma opção fiscal às companhias de remunerar o capital investido, desde que tributadas no regime do IR pelo Lucro Real.

Segundo Fabretti (2000, p. 288), a dedução dos JCP tem o objetivo de compensar a extinção da Correção Monetária de Balanços, a qual visava eliminar o efeito das perdas inflacionárias no PL e diminuir do lucro a parte referente à inflação do período, sendo proibida a partir da Lei nº 9.249/95.

Segundo o RIR, um dos requisitos para que os JCP sejam dedutíveis na apuração do IR é a contabilização do valor como despesa operacional no resultado do exercício. Apesar dessa “exigência” do fisco, a Deliberação CVM 207/96, estabeleceu que os juros pagos ou creditados pelas companhias abertas deveriam ser contabilizados diretamente à conta de Lucros Acumulados, sem transitar, portanto, por contas de resultado, exceto o respectivo IRRF deve figurar em conta de resultado.

Para compatibilizar esses procedimentos conflitantes e não prejudicar a dedutibilidade dos juros, bem como visando a amenizar os possíveis efeitos prejudiciais à comparabilidade das DFs, a própria CVM dispôs, nos incisos VIII e IX da referida Deliberação que:

VIII. Caso a companhia opte, para fins de atendimento às disposições tributárias, por contabilizar os juros sobre o capital próprio pagos/creditados ou recebidos/auferidos como despesa ou receita financeira, deverá proceder à reversão desses valores, nos registros mercantis, de forma a que o lucro líquido ou o prejuízo do exercício seja apurado nos termos desta Deliberação.

IX. A reversão, de que trata o item anterior, poderá ser evidenciada na última linha da demonstração do resultado antes do saldo da conta do lucro líquido ou prejuízo do exercício.

Os JCP são calculados com base no PL da companhia, conforme exposto pelo art. 9º da Lei 9.249/05:

9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Assim sendo, a companhia deverá reclassificar para o PL apenas o líquido do JCP pago, mantendo o valor do IR no resultado do exercício.

2.2.8 RESULTADO ABRANGENTE

Visando explicar todas as variações no PL, com exceção das transações entre acionistas, o resultado abrangente tem alta importância para o investidor interessado no desempenho da companhia, haja vista que sua demonstração, a DRA, reúne todas as transações que afetam o resultado em uma única demonstração. De acordo com o CPC 26 (R1), “*resultado abrangente* é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”.

No caso da legislação societária brasileira, há uma certa dificuldade em conciliar essa visão chamada de *all inclusive*, pelo fato de incluir todas as transações que alteram o PL, especialmente no que tange às exigências do cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

2.2.8.1 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes (CPC 26.90) deve incluir: os ajustes de reclassificação (CPC 26.95); os ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido (CPC 33.93a); os ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (CPC 02.41b); ajuste de avaliação patrimonial dos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (CPC 38); ajuste de avaliação patrimonial da parcela efetiva de ganhos e perdas de hedge de fluxo de caixa (CPC 38).

De acordo com o CPC 26(R1),

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- (a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente (ver Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível);
- (b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados;
- (c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (ver Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- (d) ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (ver Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração);
- (e) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de *hedge* em operação de *hedge* de fluxo de caixa (ver Pronunciamento Técnico CPC 38).

A apresentação da demonstração dos “outros resultados abrangentes” vinha sendo proposta dentro da DMPL. Tal opção foi vetada pelo CPC 26 (R1), devendo a apresentação ser feita separadamente em relação à DMPL. Da mesma forma, no Brasil, a DRA também não pode ser apresentada em conjunto com a DRE.

2.2.9 OUTRAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Visando melhor evidenciar a verdadeira situação patrimonial da companhia, bem como a atender diversas normatizações que estabelecem necessidade de divulgação, o PL pode apresentar outras além das exigidas na lei societária.

A conta Ajustes Acumulados de Conversão, por exemplo, pode apresentar saldo devedor ou credor, haja vista que em tal rubrica são alocados valores referentes ao registro das variações cambiais dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, cuja moeda funcional destoe do Real. Tais variações, desde a emissão do CPC 02, não devem afetar o resultado do exercício, exceto quando da baixa do aludido investimento.

Como outra conta que pode ser classificada no PL, figura o adiantamento para futuro aumento de capital. Uma das matérias que tratam deste assunto é a resolução CFC nº 1.159/09, especificamente no item 69, relatando que “os adiantamentos para futuros aumento de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social”. Assim sendo, se houver cláusulas.

Outra possibilidade também é a conta de Reserva de Avaliação, que apesar de proibidas novas constituições, o possível saldo remanescente ainda pode figurar em atuais balanços até a sua completa realização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com dados obtidos mediante consulta às DFs, a presente pesquisa possui objetivo descritivo, pois visa a esclarecer a evidenciação obrigatória do PL. No que tange à abordagem do problema o estudo é qualitativo, haja vista que busca-se, mediante obrigação imposta pela legislação societária, comparar o exigido pela Lei e o publicado pelas companhias de capital aberto. Os dados foram obtidos no sítio da CVM, mediante consulta das DFs publicadas com exercício findo em 31 de dezembro de 2011. As companhias foram selecionadas de forma aleatória, restringindo a população às participantes do Novo Mercado da BM&FBovespa. A amostra extraída resultou nas seguintes companhias:

Quadro 1: Companhias alvo da pesquisa

Código	Companhia
PMAM3	Paranapanema S.A.
CYRE3	Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Part
BISA3	Brookfield Incorporações S.A.
FIBR3	Fibria Celulose S.A.
ALLL3	ALL America Latina Logistica S.A.

Fonte: elaborado pelo autor

Visando uma melhor visualização das análises, o nome da companhia será substituído pelo código da companhia na bolsa de valores, exposta no Quadro 2. O tipo de escala de mensuração utilizada nesta pesquisa foi escala *Likert* (ordinal), na qual demonstrou-se o nível de evidenciação obrigatória do PL de cada companhia de acordo com a forma que cada uma abordou o aludido grupo em sua demonstração financeira como um todo, inclusive NE e RA. Os requisitos foram analisados mediante de acordo com o atendimento da norma

Quadro 2 – Medição da evidenciação mínima do PL conforme normatização

Nível	Classificação	Itens atendidos
1	Não atende	0% a 20%
2	Raramente atende	20% a 40%
3	Atende parcialmente	40% a 60%
4	Quase sempre atende	60% a 80%
5	Atende totalmente	80% a 100%

Fonte: elaborado pelo autor

No Quadro 2 apresentam-se os níveis para análise dos dados coletados de acordo com a quantidade de informações obrigatórias divulgadas. A pesquisa utilizou-se deste método para observar como as companhias publicaram seus números do grupo patrimônio líquido, bem como se atendem às exigências dos órgãos reguladores da contabilidade no Brasil.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são expostos os dados capturados e as análises obtidas por meio da pesquisa. As análises foram destacadas de acordo com as contas que possuíam saldo quando da publicação das DFs pelas companhias, sendo o resultado final comparado entre estas, visando ao nível de atendimento da normatização em vigor. Para identificação das companhias, foram utilizados números de 1 a 5, na relação das companhias

4.1 DIVULGAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Como resultado da análise referente à evidenciação obrigatória do capital social, obteve-se o seguinte:

Quadro 3: Análise da evidenciação obrigatória do capital social

CAPITAL SOCIAL	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Ações autorizadas	X	X	X	X	X
Ações subscritas e/ou integralizadas	X	X	X	X	X
Valor nominal por ação		X		X	X
Ações em circulação no início e no fim do período	X	X		X	X
Ações em tesouraria/mantida por controladas/coligadas	X	X	X		X
Opções e contratos para a venda de ações	X	X	X	X	X
Nível de divulgação	4	5	4	4	5

Fonte: elaborado pelo autor

Das seis evidências necessárias na divulgação do capital social, apenas as companhias Brookfield e Paranapanema atenderam a todos os requisitos. As companhias ALL e Cyrela não divulgaram o valor nominal por ação, além de, no caso da Cyrela, também não ter divulgado a quantidade de ações em circulação no início e no fim do período. A companhia Fibria não evidenciou na nota de capital social as ações mantidas pela própria entidade. Apesar de haver nota específica para a rubrica

Ações em Tesouraria, a norma exige que seja divulgado também na nota de capital social a quantidade de ações em tesouraria:

4.2 RESERVAS DE CAPITAL

No que tange à evidenciação obrigatória das reservas de capital, analisou-se que, com exceção à Brookfield que publicou a natureza da constituição e finalidade de suas reservas de capital, as companhias não divulgaram quaisquer informações tanto em nota explicativa quanto na DMPL quanto ao saldo apresentado na rubrica reservas de capital.

Quadro 4: Análise da evidenciação obrigatória das reservas de capital

RESERVAS DE CAPITAL	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Natureza da constituição		X			
Finalidade		X			
Nível de divulgação	1	5	1	1	1

Fonte: elaborado pelo autor

4.3 AÇÕES EM TESOURARIA

Quanto às ações mantidas em tesouraria, as análises revelaram que:

Quadro 5: Análise da evidenciação obrigatória das ações em tesouraria

AÇÕES EM TESOURARIA	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Divulgação no PL		X	X	X	X
Objetivo		X	X	X	
Quantidade	X	X	X		X
Espécie e Classe	X	X		X	X
Custo médio ponderado, mínimo e máximo					
Resultado líquido da alienação					
Valor de mercado			X		X
Correção monetária					
Limite de compra / venda		X			
Limite do saldo	X	X	X		X
Nível	2	3	3	2	3

Fonte: elaborado pelo autor

A companhia ALL não divulga em seu PL quaisquer valores classificados nas linhas Ações em Tesouraria, seja como Reservas de Capital (2.03.02.05) seja como Reservas de Lucros (2.03.04.09); no entanto, em sua nota explicativa de nº 25, item b, foi divulgado que “em 31 de dezembro de 2011 a Companhia detinha 6.979.474 ações ordinárias em Tesouraria, ao custo médio de R\$ 9,15”.

Tal informação torna-se um tanto quanto confusa, haja vista que no BP não há saldo nesta rubrica, enquanto que em nota explicativa a companhia informa que detinha ações mantidas em tesouraria. As companhias ALL e Cyrela apresentaram o custo médio das ações em 31/12/11; todavia, não informaram os custos mínimo e máximo, como reza a norma.

4.4 RESERVA LEGAL

Para a publicação das informações e limites obrigatórios da reserva legal, apontou-se que:

Quadro 6: Análise da evidenciação obrigatória da reserva legal

RESERVA LEGAL	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Constituição (quando apurado lucro)	X	X	X	N/A	N/A
Limite legal (20% do capital social)		X	X	X	X
Divulgação em BP, NE e DMPL		X	X	X	X
Nível de divulgação	2	5	5	5	5

Fonte: elaborado pelo autor

As companhias Fibria e Paranapanema apuraram prejuízo no exercício. Dessa forma, não houve constituição da reserva legal para ambas companhias. Não consta no balanço da companhia ALL quaisquer saldos na rubrica Reserva Legal. Apesar de a Lei ser explícita quanto à constituição da reserva legal, a companhia não divulga o saldo da conta, apenas a sua constituição anual, via nota explicativa. Exceto quanto não aplicável (Fibria e Paranapanema, que apuraram prejuízo no exercício), 93,33% das informações obrigatórias foram identificadas nos BPs, NEs e DMPLs das companhias

quanto à divulgação de informações sobre a reserva legal. Apenas a companhia ALL não divulgou em seu BP o saldo de sua reserva legal, apesar de constituída no exercício, impossibilitando assim a análise quanto ao limite legal dessa reserva.

4.5 RESERVA ESTATUTÁRIA

Das companhias estudadas, apenas a Brookfield possui em seu balanço patrimonial reserva estatutária constituída. A companhia reservou a nota explicativa de número 17.3.2 para discorrer sobre tal reserva.

Nota-se que foi divulgado pela companhia a finalidade (financiar a expansão das atividades da Sociedade e/ou suas controladas) e o limite (não excederá 80% do capital social); no entanto, quando da fixação dos critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição, a companhia deixou a cargo da Assembleia Geral, não atendendo assim ao disposto na legislação.

Quadro 7: Análise da evidenciação obrigatória das reservas estatutárias

RESERVAS ESTATUTÁRIAS	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Finalidade	N/A	X	N/A	N/A	N/A
Crítérios para constituição	N/A		N/A	N/A	N/A
Limite	N/A		N/A	N/A	N/A
Nível		2			

Fonte: elaborado pelo autor

Em direção do exposto, a área jurídica da CVM se manifestou da seguinte forma mediante Memo 82/2001 - Processo 2001/3270:

... No que concerne ao mérito da própria reserva estatutária (...), a amplíssima dimensão dada à reserva estatutária em questão (de 5% a 75% do lucro líquido, a ser definido em Assembléia Geral) desvirtua por completo o caráter nitidamente restrito da mesma, ditado pelo art. 194 da Lei nº 6.404/76, deixando ao alvedrio do controlador a aprovação do percentual a ser aplicado em cada exercício, com nítidos reflexos nos dividendos a distribuir.

As demais companhias não apresentaram constituição de reservas estatutárias, bem como não fizeram menção em suas NEs e RAs.

4.6 RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

A reserva de retenção de lucros foi constituída em apenas 2 companhias, sendo Cyrela e Paranapanema:

Quadro 8: Análise da evidenciação obrigatória da reserva de retenção de lucros

RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Orçamento de capital	N/A	N/A		N/A	
Fonte de recursos	N/A	N/A		N/A	
Aplicação do capital	N/A	N/A		N/A	
Justificação da retenção	N/A	N/A		N/A	
Limite de constituição	N/A	N/A	X	N/A	X
Limite temporal	N/A	N/A		N/A	
Nível			1		1

Fonte: elaborado pelo autor

Não foram identificadas quaisquer das informações obrigatórias quanto à reserva de retenção de lucros, tanto em NE quanto nos RA das companhias Cyrela e Paranapanema.

4.7 LUCROS/REJUÍZOS ACUMULADOS

Uma companhia só pode manter saldo na conta de prejuízo acumulado caso não possua reservas de lucros para absorvê-lo. As companhias que apuraram prejuízo no exercício foram Fibria e Paranapanema.

Quadro 9: Análise da evidenciação obrigatória dos lucros/prejuízos acumulados

LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3
Absorção do prejuízo pelas reservas de lucro	N/A	N/A	N/A	X	
Nível				5	1

Fonte: elaborado pelo autor

Na companhia Fibria o prejuízo do exercício foi devidamente absorvido pelas reservas de lucros, conforme divulgado em sua DMPL. No entanto, no BP divulgado pela companhia Paranapanema o prejuízo não foi absorvido pelas reservas de lucros e nem pela reserva legal, sendo evidenciado cada um dos saldos, contradizendo assim a normatização societária vigente. Nas notas explicativas da companhia Paranapanema, nada foi mencionado.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÕES

A presente pesquisa objetivou diagnosticar a evidenciação obrigatória do patrimônio líquido em companhias do novo mercado da BM&FBovespa. Para isso, expôs-se a normatização em vigência no que tange à constituição de valores, limites e divulgação das contas que compõem o PL, e analisou-se as DFs de companhias listadas na BM&FBovespa.

Foram analisadas as publicações das companhias, no que tange à divulgação referente ao PL, e as comparadas com o que a norma exige que a companhia divulgue, visando averiguar o nível de evidenciação obrigatória do PL das companhias. As contas apresentadas pelas companhias foram evidenciadas com nível de divulgação, que partia do 1, quando não atendessem à norma, podendo chegar até ao nível 5, quando atendessem totalmente a norma.

Além do BP, utilizou-se a DRE, a DMPL, a DRA, as NE e o RA para uma análise mais analítica, haja vista que as informações podem ser reveladas ao usuário mediante números ou palavras. Procurou-se dessa forma circundar todas as possibilidades às quais o usuário possui para capturar informações sobre os números apresentados no patrimônio líquido.

Nas análises constatou-se que a média alcançada pelas companhias:

Quadro 10: Divulgação do nível de evidenciação obrigatória do PL

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA	ALLL3	BISA3	CYRE3	FIBR3	PMAM3	MÉDIA
Capital Social	4	5	4	4	5	4
Reservas de Capital	1	5	1	1	1	2
Ações em Tesouraria	2	3	3	2	3	3
Reserva Legal	2	5	5	5	5	4
Reservas Estatutárias	N/A	2	N/A	N/A	N/A	2
Retenção de Lucros	N/A	N/A	1	N/A	1	1
Prejuízos Acumulados	N/A	N/A	N/A	5	1	3
Média	2	4	3	3	3	

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, evidenciou-se que no que tange ao atendimento da evidenciação obrigatória do PL, a ALL raramente atende, a Brookfield quase sempre atende, a Cyrela, a Fibria e a Parapanema atendem parcialmente. Quando analisa-se por média das companhias quanto a divulgação das contas do PL, ao capital social as companhias quase sempre atendem; às reservas de capital raramente atendem; às ações em tesouraria atendem parcialmente; à reserva legal quase sempre atendem; às reservas estatutárias raramente atendem; à retenção de lucros não atendem e aos prejuízos acumulados atendem parcialmente.

Adicionalmente, percebeu-se uma constituição de reservas sem a devida divulgação obrigatória de inúmeras exigências, o qual prejudica o acionista não controlador, principalmente pelo fato de o acionista controlador constituir reservas em detrimento da distribuição de dividendos. É indiscutível que a Lei assegura ampla e plena liberdade para que o estatuto fixe os dividendos desde que “sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria” (Art. 202, § 1º da Lei 6.404/76).

A limitação do estudo esbarra no tamanho da amostra. Devido à exigência de leitura das NEs e RAs quase que completos, a amostra teve de contar com apenas 5 companhias.

A contribuição da pesquisa visa a elucidar possíveis dúvidas por parte das companhias quanto ao regramento que envolve as contas do PL, bem como alertar aos usuários das DFs que as companhias, em média, não atendem à normatização de forma satisfatória, deixando lacunas e dúvidas ao leitor das demonstrações ora apresentadas.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Encontram-se no mercado de títulos brasileiros os chamados títulos híbridos que, por suas variadas características, causam divergências em renomados contabilistas quando é preciso tratar de suas classificações, se dentro do PL ou no passivo, conforme critérios da norma contábil internacional IFRS.

De grande complexidade, os requisitos para distinguir instrumentos de dívida e patrimônio, previstos no CPC 39, são muito criticados quando levam a classificações que podem não refletir a substância econômica da transação. Os administradores devem considerar, devido ao uso da informação contábil pelos investidores e à recente interpretação do órgão regulador por meio do Parecer de Orientação CVM nº 37 de 2011, as possíveis consequências na adoção de políticas contábeis para o tratamento desse tipo de transação.

Adicionalmente, a pouca literatura sobre o tema encoraja novas pesquisas a propósito deste assunto, o qual tem grande relevância à correta classificação dos fatos contábeis.

REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA. Disponível em < <http://www.bmfbovespa.com.br> > Último acesso em: maio de 2013.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm > Último acesso em: maio de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm > Último acesso em: maio de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm > Último acesso em: maio de 2013.

COLAUTO, Romualdo Douglas; MARQUES, Vagner Antônio. Influência do discurso otimista do relatório da administração no valor de mercado de companhias brasileiras, **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 2, n. 1, p. 107-139. 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Disponível em < <http://www.cvm.gov.br> > Último acesso em: maio de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Disponível em < <http://www.cpc.org.br> > Último acesso em: maio de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Disponível em < <http://www.cfc.org.br> > Último acesso em: maio de 2013.

FABRETTI, L.C. **Contabilidade Tributária**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2000.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações - Suplemento**. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, Alcides Bettiol; MARTINS, Gilberto de Andrade; VARELA, Patrícia Siqueira.

Implicações das teorias do patrimônio líquido sobre as informações contábeis divulgadas por instituições do terceiro setor. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**.

Maringá: – v. 26, n. 2 (2007). Disponível em <

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/5203> > Acesso em maio de 2013.

MACEDO, Rodney Pereira, VILAMAIOR, Adriana Giarola, PINHEIRO, Laura Edith

Taboada. **Lucro Líquido versus Lucro Abrangente: Uma análise empírica do nível de volatilidade**. Disponível em: <

<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/353.pdf> > Acesso em: fevereiro de 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanço: abordagem básica e gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15ª ed. São Paulo: Frase Editora, 2007.

TV BM&FBOVESPA. Disponível em < <http://www.tvbmfbovespa.com.br> > Último acesso em: maio de 2013.